

A ROUPA COMO INSTRUMENTO DE DISTINÇÃO SOCIAL DOS SEGMENTOS SOCIAIS DE POBRES LIVRES E LIBERTOS DE VILA RICA (1789-1807)

Erlaine Aparecida Januário *

Resumo

A presente comunicação tem como tema central a vestimenta do segmento social composto por homens e mulheres pobres livres e libertos da sociedade vilarriquenha colonial. Neste sentido, procurou-se analisar as linhas básicas dos trajes por eles adotados, a importância e o significado em possuir ou não roupas e acessórios, possibilitando-nos compreender a roupa como fato social e o controle exercido sobre o segmento social em apreço por meio dos regulamentos dos códigos do vestuário incumbidos de separar e distinguir as categorias que podiam ou não vestir roupas confeccionadas em tecidos importados e finos e portar jóias de ouro e prata e acessórios.

Palavras Chaves: *Vestimenta, Universo material Distinção social*

O presente artigo propõe um estudo das formas de trajar da população pobre livre e liberta de Vila Rica colonial. Para tanto fez-se necessário entender o significado de possuir ou não roupas e ao mesmo tempo verificar como o vestuário tornou-se um instrumento de diferenciação social e de manutenção do *status social* em uma sociedade glorificadora da aparência.

A escolha do espaço geográfico de Vila Rica deveu-se à importância desta localidade entre os seis distritos pertencentes à Comarca de Vila Rica, à consolidação de seu espaço urbano- o primeiro do Brasil colônia-, à instalação da máquina administrativa e a presença dos poderes religioso e militar na urbe ao se tornar sede da capitania mineira.

Um outro fator, também digno de nota, foi o caráter tipicamente citadino da população vilarriquenha¹, moradora no solo mais rico à época, que assistiu dos sobrados de suas residências o esplendor da era aurífera, consubstanciada nas festas barrocas setecentista, como a do Triunfo Eucarístico. Mas também foi testemunha ocular do declínio lento da produção aurífera que se tornou incontornável nos anos 70.

Enquanto se acreditava na aparente opulência desta vila, a pobreza disseminava-se e a sociedade que pensava ser o que não mais podia ser, passava então a “glorificar as

¹ No ápice da urbanização de Vila Rica quase toda a sua população residia na urbe. Isso significava, segundo Nestor Goulart Reis, “tratar-se de uma população de altíssimo índice de urbanização”. REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira: Universidade de São Paulo, 1968. p.106.

aparências”, como meio de confirmar dentro da paisagem urbana² o seu poder, o seu prestígio e a sua posição social, representados nas festas, procissões, nas fachadas das casas, na indumentária, no porte de jóias, e na posse de escravos.

Segundo, Luís Carlos Villalta, todas essas formas que garantiram as aparências “(...) ocultavam comportamentos e vivências distantes do que prescreviam as leis e do que se ostentava; nos interiores das casas, além disso, grassava a pobreza, uma pobreza evidenciada em parcas mobílias, na escassez de talhares e na simplicidade das vestes de uso doméstico.”³

Tal pobreza na região foi alvo de reflexão para Laura de Mello e Souza⁴, que constatou que mesmo durante o auge minerador, a miséria sempre esteve presente nos diversos segmentos sociais de Minas Gerais. Isso não significava que toda a sociedade mineira era empobrecida, mas sim que poucos eram ricos.

Porém, mesmo diante desta constatação, Carla Almeida⁵ verifica, principalmente, na Comarca de Vila Rica, que os habitantes ali residentes, não deixaram de investir em objetos que garantiam o seu “bom tratamento”. Para a autora, isto era fruto do “ideal aristocratizante” presente na comarca e também ao fato desta ter em seu território uma vila que era sede da capitania mineira e local,

(...) onde residiam as autoridades mais importantes da capitania. Mariana, como sede do bispado e de um termo vastíssimo, também concentrava um grande contingente de letrados seja ocupados em atividades eclesiásticas ou em cargos administrativos. Naturalmente, os ocupantes de tais cargos tendiam a ser pessoas mais qualificadas e, portanto, mais habituadas ao ‘bom tratamento’. Assim, é muito provável que os hábitos destes ‘homens bons’ fossem difundidos entre a população em geral e se tornassem um [sic] forma de vida a ser imitada por aqueles que pretendessem a eles se igualar.⁶

Os anos de 1789 a 1807 como balizas neste estudo, tornou-se oportuno face às várias transformações ocorridas nas últimas décadas do século XVIII, no Brasil colônia, especificamente em Minas Gerais e nos primeiros anos do século XIX, antes da chegada da Corte portuguesa para o Brasil.

Durante as últimas décadas do século XVIII, registraram-se várias tensões sociais características de um processo de estratificação social e dificuldades de vigência das leis

² Luis Carlos Villalta, ao compreender o cenário urbano de Mariana e Ouro Preto, no período setecentista, cenários sob o jugo das normas e práticas da Igreja e Estado e ao mesmo tempo, espaço de atuação de indivíduos e grupos sociais mineiros, em suas hierarquias e rivalidades, verifica que em Minas Gerais a paisagem urbana ora conformada, tornou-se *locus* de simulação e dissimulação e também palco de ostentação e de exaltação às aparências. Desafio para as instituições ali instaladas no controle de suas populações e na garantia do poder. Segundo o autor, a paisagem “(...) é ao mesmo tempo produto e vetor das relações sociais, econômicas, políticas e culturais que foram contemporâneas à sua formação e apropriação: se por um lado, expressam tais relações, por outro, intervêm na sua dinâmica.” VILLALTA, Luiz Carlos. Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista: Outeiros do sagrado e do Profano. In: **Termo de Mariana: história e documentação**: Imprensa Universitária da UFOP, 1998. p. 67.

³ Ibidem, p. 77.

⁴ SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Hierarquia Social polarizada. In: **Homens Ricos, Homens Bons**: produção e hierarquização social em Minas Gerais, 1750-1822. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, (RJ), 2001

⁶ Ibidem, p. 187-188.

portuguesas na Colônia. Diante desse episódio, as autoridades de Lisboa, como sublinha István Jancsó⁷, vêm-se de frente a problemas, resultantes do desagravo de várias regiões da Colônia americana com o Trono.

Em Minas Gerais, no ano de 1789, um enfrentamento à ordem estabelecida, queria revelar as suas indisposições com um sistema excludente e subverter a ordem pública e os padrões de organização do Estado. Não sem motivo, uma das reivindicações dos inconfidentes em 1789, era a democratização do uso de sedas e cetins⁸. Tal reivindicação pode ser verificada no testemunho do Doutor Domingos Vidal Barbosa: — “que o Doutor Cláudio, o Cônego Luís Vieira, e o Desembargador Gonzaga tinham feito as leis para se governarem, nas quais se ordenava que todo o homem plebeu poderia vestir cetim(...)”⁹. Ficando claro a partir deste excerto, o desejo dos inconfidentes em abolir as leis suntuárias.

O recorte cronológico até o ano de 1807, se justifica por apresentarem-se as roupas até esse período, em suas estruturas características mais estáveis, sem muitas alterações. E se, ocorreram, foram modestas não modificando os tipos de comportamentos sociais. As roupas também estavam intimamente ligadas aos costumes, a tradição. Cada grupo usava as roupas que lhes eram próprias e os códigos do vestuário incumbiam de conferir aos grupos abastados seus privilégios.

O oposto acontece no ano de 1808, com a chegada da Família Real e boa parte da Corte portuguesa ao Brasil, trazendo consigo hábitos e costumes civilizatórios, instituições de monta, a máquina estatal e promovendo a abertura dos portos, que logo passaram a receber as modas e usos da Europa; alterando o *modus vivendi* da sociedade brasileira, principalmente, das áreas urbanas ao adotarem em suas formas de trajar “as elegâncias européias”.

⁷ JANCÓS, István. A Sedução da Liberdade. In: **A História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada no América portuguesa**. NOVAES, Fernando A.(coord. geral). SOUZA, Laura de Mello e (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.387-437.

⁸ Gilles Lipovetsky observa que durante o século XVIII na Europa, mesmo sob a vigência das leis suntuárias, surge um movimento lento e limitado de democratização da moda e de mistura das condições do vestuário. De acordo com a passagem, “há séculos, múltiplos decretos, com prescrições minuciosas, proibiam as classes plebéias de copiar os tecidos, acessórios e até as formas do vestuário nobre. Sabe-se que, apesar das ameaças e multas de que eram acompanhados, jamais tiveram eficácia e foram muitas vezes transgredidos (...)”. LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das letras, 1989.p 41. Sendo assim, é bem provável que esta e outras concepções vindas dos textos dos ilustrados franceses e anglo-americanos que deram base ao projeto político dos inconfidentes de ruptura da dependência colonial. No viés desta discussão Iris Kantor, em nota de rodapé chama a atenção para um artigo de autoria da Maria Lúcia Montes, intitulado “**1789: A Idéia de República e o Imaginário das Luzes**”, no qual a autora demonstra como “as concepções políticas iluministas” sofreram em Minas Gerais na época da inconfidência ao serem lidos e apropriados de modos específicos pelos protagonistas. Segundo Maria Lúcia Montes o projeto político dos inconfidentes não ampliava a cidadania e que o projeto iluminista à brasileira procurava conservar a “ordenação da vida social e política de forma que a diferença – e não a igualdade – parecesse um dado da natureza, daí a indistinção entre liberdade e privilégio”. Iris Kantor. Tirania e fluidez da etiqueta nas Minas Setecentistas. **LPH- Revista de História**, Mariana: Dep. De História/UFOP, n5, p.120, 1995. Luis Carlos Villalta ao analisar as estratégias e as propostas das inconfidências desencadeadas nos fins do séc. XVIII destaca que os inconfidentes mineiros ao escreverem a nova ordem nem sempre foram claros e que nem sempre houve concordância entre os mesmos. Cita algumas propostas como a liberdade do traje a plebeus estabelecendo que estes poderiam vestir roupas de qualquer qualidade; porém os ‘nobres’ deveriam vestir-se somente com as ‘fazendas próprias do País.’ VILLALTA, Luis Carlos. **1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. p.50. Esta nota tem por objetivo relativizar a idéia de democratização do traje pelos inconfidentes mineiros.

⁹ **Autos da Devassa da Inconfidência Mineira**. Governo do Estado de Minas Gerais: Câmara de Deputados.Brasília – Belo Horizonte, 1976. v.I. p.214.

Nesse período, a moda de fato se instaura no Reino do Brasil – como logo passaria a chamar a antiga Colônia-. O “supérfluo”, ou seja, os adornos, as fitas e rendas de variadas cores e detalhes nas formas das roupas não cessariam de ser renovadas aflorando assim, o gosto pela novidade e a competição entre todas as camadas em todos os momentos da vida cotidiana.

Desta forma, o recorte temporal mostrou-se vantajoso, por se oferecer como período uno uma vez que, a instalação da Corte portuguesa, certamente, seria o divisor de águas entre o *costume* e a *moda*¹⁰.

A fonte privilegiada neste estudo foram os inventários *post-mortem* dos cartórios do 1º e 2º ofícios existentes na Casa do Pilar de Ouro Preto. Tomados por amostragem de três em três anos para o distrito de Vila Rica durante o período de 1789 a 1807. Neles foram coletados as roupas íntimas pertencentes aos grupos sociais em estudo, com o patrimônio avaliado em até 1:777\$50 réis¹¹.

O inventário ao descrever pormenorizadamente todos os bens materiais que se encontravam em poder do inventariado ou nas mãos de outrem no momento de sua morte também, demonstrava a atual situação econômica e social do falecido.

Como esta investigação está voltada para o exame das peças de vestuário de uso pessoal, o inventário traz uma descrição minuciosa deste bem, apresentando-o em sua forma (véstia, calção), material (chita, baeta), cor, estado de conservação (bom ou mau uso), a quantidade e o valor.

A partir dessa descrição qualitativa das roupas de uso pessoal dos segmentos de livres e libertos pobres de Vila Rica, foi possível fazer uma reconstituição do vestuário que compunha o guarda-roupa deste grupo, bem como, verificar o significado atribuído a indumentária e a importância em possuir ou não determinadas peças do vestuário.

Após a breve exposição sobre o recorte geográfico, temporal e a fonte analisada preteridos no estudo, cumpre falar do segmento social composto por homens e mulheres

¹⁰ Gabriel Tarde, citado por Gilda de Mello e Souza (1987, p.20-21), distingue costume de moda, dizendo que “os costumes cultuam o passado, ligando-se assim à tradição”, e a moda “cultua o presente, adotando sempre a novidade.” TARDE, Gabriel. **Lês lois De L’ Imitation**. Paris: Felix Alcan, 1890. Uma análise do processo de manifestação da moda foi feito por Gilda de Mello e Souza. **O Espírito das Roupas: a moda no século dezenove**. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.p. 20-21. Gilles Lipovetsky concorda com a análise de Gabriel Tarde e conclui que a moda rompeu com a lógica imutável da tradição e as distinções entre os grupos, favorecendo as transgressões. LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das letras, 1989. p.33.

¹¹ Este valor refere-se à faixa de fortuna dos pequenos proprietários das comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes, para os períodos de 1750-1822. De acordo com as faixas de riquezas estabelecidas para a comarca de Vila Rica, esta foi a faixa que mais concentrou indivíduos. Os níveis de fortuna para as comarcas do Rio das Mortes e Vila Rica foram estabelecidos por Carla Almeida em sua tese de Doutorado. **Ver**. ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho. **Homens ricos, Homens bons: produção e hierarquização social em Minas Gerais, 1750-1822**. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, (RJ), 2001. p.191. Os valores apresentam-se em libras para a conversão em réis foi utilizada a razão de 3,555 réis por libra esterlina-ouro. **Ver**: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana – 1750-1850**. Dissertação (Mestrado em História). UFF: Niterói, 1994. p.74.

pobres, livres e libertos, naturais de Minas e de outras capitanias e de outros reinos, que transitaram em Vila Rica no final do século XVIII e início do XIX.

No seio da sociedade vilarriquense estavam reunidos os eclesiásticos, os donos de lavras, os grandes proprietários de terras e escravos, os altos funcionários da administração pública, os militares com patentes, assim como, o segmento de homens e mulheres pobres. Este último correspondia ao maior contingente populacional de Minas e também representava a camada mais pobre¹².

Sem ligações com senhores proprietários de terras nem com a escravatura, a sobrevivência de alguns homens livres dependeu das atividades não vinculadas diretamente com a mineração. Sendo assim, estes indivíduos dedicaram-se às atividades artesanais, aos ofícios mecânicos, ao comércio e até mesmo a agricultura.

Para Carla Almeida vários destes homens livres pobres urbanos da Comarca de Vila Rica e do Rio das Mortes caracterizavam-se por:

(...) proprietários exclusivamente de uma modesta casa e, às vezes, de um ou dois escravos. Provavelmente viviam de vender sua força de trabalho ou a de seus escravos para outros proprietários. Muitos desenvolviam alguma atividade artesanal, eram sapateiros, carpinteiros, ferreiros e vários tecelões [sic.]. Havia ainda, alguns pequenos ‘transportadores’ proprietários de uma ou duas bestas, soldados e faiscadores.¹³

Nessa caracterização de homens livres e pobres de Minas Gerais, foram majoritários os crioulos, mestiços, pardos forros ou afro-descendentes nascidos livres, filhos naturais de pretas forras, ex-escravos e os demais descendentes de europeus atraídos para as Minas com a descoberta dos substantivos depósitos de ouro¹⁴.

A roupa e seus significados

Dessas homens e mulheres pobres livres e libertos pretende-se abordar um aspecto particular do universo material do qual faziam parte, a indumentária; que ao ultrapassar os limites de sua funcionalidade como protetora do frio, uma vez que a natureza fora tão avara com a proteção natural do homem, também incorporou símbolos e sinais capazes de

¹² Segundo Laura de Mello e Souza a formação social mineira não se constituiu apenas por grandes proprietários de terras e de escravos. Dela participou um outro segmento: o de homens livres, em sua maioria, pobres, com ofício e sem ofício à margem do binômio senhor/escravo. Essa população foi denominada pela autora como os “desclassificados do ouro”, por serem vistos como elementos desestabilizadores da ordem. Apesar de receberem este rótulo a autora ressalta a grande importância deste segmento para a região mineira; devido a sua expressividade na população como um todo e seu potencial, ao mesmo tempo, como contestadora da ordem e como reserva de mão-de-obra, da eventual escassez do braço cativo. Esta obra pioneira sugeriu vários caminhos para novas investigações com relação ao peso da população pobre mineira setecentista. E alguns dos temas estudados por outros pesquisadores procuraram verificar, como se efetivou a inserção dos homens livres nas atividades econômicas, a distribuição de suas riquezas, o estabelecimento do controle da ordem, do controle social e do controle financeiro sobre os homens livres e como reagiram. SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989. p.19-50.

¹³ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Hierarquia Social polarizada. In: **Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas Gerais, 1750-1822**. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, (RJ), 2001. p.217.

¹⁴ Mediante pesquisa em inventários para as Comarcas do Rio das Mortes e Vila Rica, Carla Almeida constatou uma predominância de homens pobres nascidos na capitania e ainda de portugueses entre este grupo. Deste segmento, 33,3% era de portugueses que saíram do reino para tentar a sorte nas Minas Gerais. ALMAEIDA, Carla Maria de. **Homens Ricos, Homens Bons**,...p.223.

identificar pessoas em seus cargos e funções e ao mesmo tempo em atribuir-lhes o *status social*.

Assim, o que se vestia no corpo estava ligado à condição social e à imagem que se queria passar. Nas Minas Setecentista e Oitocentista o gosto pelo bem trajar contagiou todos os grupos sociais e os levou cotidianamente a reafirmarem sua condição através da indumentária, dos acessórios e das jóias.

De acordo com Julita Scarano, “a roupa sempre foi encarada como representativa de categorias econômicas e sociais, de cargos e de funções (...). Ultrapassa o mero desejo ou a possibilidade individual: tem significado e valor social e mesmo seus supérfluos e seus aspectos meramente decorativos nos levam a melhor compreender um local e um período.”¹⁵

Distinguir-se no seio de seu grupo e na sociedade como um todo, tornou-se vital em um lugar onde a confusão dos códigos de etiqueta, as transgressões dos regulamentos do vestuário, a inversão dos valores e até mesmo dos papéis sociais, fora tão comum na vila como na Colônia.

Nesse sentido, um estudo da roupa e seus significados possibilitará compreender a realidade da vida material e a relação estabelecida entre a indumentária e os segmentos de homens e mulheres pobres, livres e libertos e, compreender como Minas Gerais conseguiu estabelecer uma forma de controle e de regulamento, baseados nos critérios de cor, da riqueza e da honra, “incumbida de marcar as distâncias sociais, diferenciar costumes, regulamentar porte de jóias de ouro e prata, controlar o uso de tecidos e rendas bordadas.”¹⁶

Em Vila Rica nos últimos anos do século XVIII, Carla Anastasia, Carmem Lemos e Letícia Julião, observaram nos inventários que os bens arrolados demonstram por parte dos proprietários uma “crescente valorização do espaço” e também com a forma de trajar¹⁷.

Beatriz Ricardina de Magalhães¹⁸, também observou tal apuro na forma de trajar da população vilarriquenha setecentista. Chegou a afirmar que os segmentos de negros e afro-descendentes forros possuíam roupas requintadas, sobretudo as jóias, de igual qualidade se comparadas às roupas das altas camadas sociais, revelando um aspecto curioso do traje mineiro, em que pelo menos algumas pessoas com poucas possibilidades de ascender socialmente e acumular riquezas, preocupavam-se com o que vestir.

¹⁵ SCARANO, Julita. Roupas de Escravos e de Forros. **Resgate**: Revista de Cultura. n 4, 1992, p.51.

¹⁶ KANTOR, Iris. Tirania da etiqueta nas Minas Gerais Setecentista. **LPH**: Revista de História. Mariana: Dep. De História/UFOP, n 5, 1995,p.121.

¹⁷ ANASTASIA, Carla; LEMOS, Carmem; Letícia Julião. Vila Rica: aspectos culturais. **Oficina do Inconfidente**: revista de trabalho. Ouro Preto, ano I, n 0, p.59-73, dez. 1999.

¹⁸ MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. A Demanda do Trivial: vestuário, alimentação e habitação. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte/UFMG, n 65, p.153-199, jul.,1997.

Assim, apreender os significados e o que representava possuir uma saia de veludo preto, um vestido de baeta verde, uma farda azul-ferrete bordada com fios de ouro, uma bengala da cana da Índia, um relógio de prata com caixa de tartaruga, um par de brincos de ouro engastados, uma camisa branca em mau uso, um par de chinelas, um chapéu de sol; em Vila Rica do século XVIII e XIX, onde a glorificação das aparências ainda permeava as sociabilidades e a materialidade fora tão valorizada entre seus habitantes.

A Vestimenta dos afro-descendentes, pardos, mestiços e brancos pobres de Vila Rica

Entre os 40 inventários *post-mortem* analisados, 14 apresentaram algum bem referente às roupas, sendo um de mulher forra, três de mulheres livres e os dez restantes de homens brancos. Nos demais inventários cuja ausência total de roupas foi observada, foram declarados bens referentes a jóias, escravos, ouro em pó e outros, e bens de pouco ou de nenhum valor.

Na análise dos inventários que trouxeram roupas arroladas, o segmento de homens e mulheres pobres livres e libertos não apresentou variedade, quantidade e luxo em suas indumentárias. Porém, chama a atenção a variedade e diversidade de tecidos, principalmente quanto aos tecidos importados, que foram predominantes nos inventários.

Boa parte dos tecidos importados empregada em suas vestes, veio da França, Bretanha, Holanda, Inglaterra, Cambaia (cidade principal e porto da Índia), Hamburgo, Índia, Portugal e muitos receberam a denominação das regiões, como exemplo: “bretanha”, “holanda”, “cambaia”, “lila”, (cidade do norte da França); e as fazendas de mesma qualidade, porém produzidas em locais diferentes, receberam nomes conjugados como: “chita inglesa” e “chita da Índia”, “bretanha da Selecia”(cidade marítima da Síria) e “bretanha de Hamburgo”, “cetim de Macau” (cidade mercantil da China), “linhagem da França, e “linhagem de Hamburgo”, “pelicas do Porto”, “fustão da Costa da Mina” e outras denominações mais.

Os tecidos importados estavam classificados de acordo com sua qualidade. Havia os superiores e os inferiores, ou ordinários. Os tecidos de produção local geralmente rústicos e mais baratos serviram para vestir a escravaria e a população livre pobre. De acordo com Julita Scarano, as roupas dos segmentos de forros e escravos eram confeccionadas em algodão, baeta ou outro tecido de qualidade inferior¹⁹. Sendo assim, aqueles tecidos mais nobres e

¹⁹ O traje dos escravos dependeu muito da situação econômica de senhor, da atividade desempenhada pelos escravo e do tratamento do senhor dispensado a seu cativos. De acordo com Dom Lourenço de Almeida, os senhores traziam seus escravos nus e os sustentavam mal. As roupas eram confeccionadas em algodão grosso comprado e tecido na própria vizinhança ou em ‘fazenda de preto’(tecidos originários de Malabar). SCARANO, Julita. Roupas de Escravos e de Forros. **Resgate: Revista de Cultura**, n 4, p. 51-61, 1992.

logicamente mais caros, veludo, seda, cetim e tafetá, estiveram ao alcance apenas dos grupos afortunados.

Segundo Beatriz Ricardina de Magalhães, o investimento em tecidos em Vila Rica correspondeu a 10,36% da média global, que comparado com a região do Rio de Janeiro (46%), São Paulo (39%), Pernambuco (28%), aparece como um investimento de pouca relevância. Porém, um pouco mais significativo que na Bahia, cuja média global foi de 9%²⁰.

Todavia, a variedade e a qualidade de tecidos em Vila Rica foi significativa. No inventário de Maria Coelho de Barros, moradora no “pé da ponte de Antônio Dias” da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, foram relacionadas peças confeccionadas em dezoito tipos de fazenda.

Maria Coelho apresentava em seu guarda-roupa:

uma capa de baeta azul claro com guarnição de cetim azul; uma banda pequena de tafetá com suas franjas nas pontas de prata; uma capa de droguete castor azul com sua guarnição de cetim; uma saia de droguete castor preto; um par de dragonas de pano azul com sua espiguiilha e franja de ouro; um corte com seis côvados de baetão cor de rosa seca com mesclas; dois macaquinhos de chita forrados de pano de linho; uma saia de guingão azul; uma dita saia de riscado azul; uma saia de pano de linho com renda e babado; uma saia de pano de linho aberto com babado do mesmo; uma saia de algodão com entre meios de renda no babado; uma saia de canga; uma saia de baeta branca com sua fita azul em roda; um macaquinho de baeta branco; um cabeção de cassa fina de flores; um outro cabeção de bretanha com suas rendas; duas camisas de bretanha; uma camisa de pano de linho, com crivos nos ombros; dois lenços de garça; dois lenços de seda; dois lenços de chita; um lenço branco com listas azuis; um lenço vermelho; um lenço de cassa riscado com sua renda canteado; um par de meias de linho de mulher; um par de meias de seda branca; um retalho de dois côvados e meio de melania de seda; uma cinta de tafetá; um macaquinho de baeta azul; cinco varas de linho; uma coifa de cetim; duas varas de fita de garça larga; uma saia de chita com pontos encarnados, que tem babados recortados da mesma chita e passado retrós de Joalia Carmesim.²¹

A maioria dos tecidos citados era importada e o valor variava conforme a qualidade, cor e como eram vendidos. Uma fazenda poderia ser vendida em peça (que se faz direto no tear), vara ou côvado. Estas últimas unidades de medidas correspondiam a 1,10 cm e 0,66cm de comprimento, respectivamente. O que em termos de corte, ainda mais se tratando de vestimenta da época, cujo traje era geralmente longo e pedia muito tecido, pouco representou no feito, mas em termos monetários a roupa pronta atingia alto custo.

No exemplo citado acima, vê-se ainda que as mulheres pobres de Vila Rica vestiram tanto tecidos nobres como seda, cetim, bretanha, cassa como tecidos inferiores como baeta, algodão, chita e guingão, sendo a baeta a fazenda mais utilizada na confecção de seus trajes.

²⁰ MAGALHÃES, Maria Beatriz Ricardina de. A demanda do Trivial: vestuário, alimentação e Habitação. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte/ UFMG, n 6, p.153-199, jul. 1987.

²¹ Inventário- AHMI - Ofício-1º, Códice-107, Auto-1359, Ano-1792. Maria Coelho de Barros era proprietária de um escravo por nome Matheus, angola, avaliado em 90\$000 réis e seu monte-mor era de 142\$400 réis. De acordo com o critério adotado nesta pesquisa, baseado nos estudos de Carla Almeida, o patrimônio de Maria Coelho de Barros se encaixa na primeira faixa de fortuna, ou seja, de indivíduos possuidores de um patrimônio avaliado em até 500 libras esterlinas, equivalente a 1:777\$50 réis, correspondendo ao segmento social de pessoas pobres na comarca de Vila Rica. Ver o primeiro capítulo desta monografia “Vila de Albuquerque: origem e ocupação”, p.29.

Outro exemplo de posse de tecidos nobres e caros conjugados com os inferiores e baratos é dado pelas roupas arroladas no inventário de Quitéria Joaquina Pereira de Andrade, parda forra, moradora na “ladeira que desce para a igreja do Pilar”, da freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, que possuía as seguintes vestes:

uma capa de baeta azul clara forrada de chita; um timão de baeta encarnado; uma saia de droguete rei cor de passa; uma saia de chita; mais duas ditas saias de seda branca; três lenços ditos bordados; três camisas finas de babados; um macaquinho branco; um vestido inteiro de riscado encarnado; uma cinta de algodão; uma também cinta de linhagem.²²

No inventário de Quitéria verifica-se, portanto, a presença da seda e uma maior predominância de tecidos de lã grossa, linho e algodão, ou seja, a baeta, droguete, chita, riscado, algodão e linhagem, tecidos geralmente de baixo custo.

Quitéria realmente possuía um guarda-roupa muito restrito e de pouca qualidade. Constituído por peças básicas, sem nenhum luxo, confeccionadas em tecidos ordinários, de lã grossa e barato, mostrou que mesmo distante do cativeiro as chances de ascender-se economicamente quase inexistiram, visto que ainda trajava roupas confeccionadas em “fazenda de preto”, assim denominado os tecidos fabricados para confecção do vestuário da escravidão.

Talvez seu trajo na América Portuguesa não estivesse ligado apenas à sua cor/condição. Pois de acordo com Cláudia Mól o tecido mais utilizado na África é o algodão e a rafia, em algumas regiões, sendo limitado apenas o uso da lã e os tecidos mais nobres, vindos de outros países como a seda, veludo e tafetá, de uso restrito à realeza e a gente nobre da África²³.

Não se quer aqui afirmar que Quitéria não se sentia seduzida pelos tecidos nobres, mas é preciso atentar-se para a permanência de costumes, práticas e hábitos africanos que estariam presentes no cotidiano de homens e mulheres afro-descendentes, crioulos, mestiços e pardos da Colônia Portuguesa que visavam estabelecer um lugar social entre seus pares e não apenas uma aproximação com a indumentária da população livre branca, como forma de se distanciarem do universo dos escravos.

Através da documentação referente à loja de fazendas do capitão Manoel Francisco de Andrade²⁴, localizada na freguesia do Pilar, foi possível realizar um levantamento dos preços dos tecidos citados nos inventários de Maria Coelho e Quitéria Joaquina, tendo-se

²² Inventário- AHMI – Ofício-1º, Códice-127, Auto-1585, Ano-1789.

²³ MÓL, Cláudia Cristina. **Mulheres Forras**: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). Dissertação (Mestrado em História). UMG, Belo Horizonte, 2002. p.84-85.

²⁴ Inventário- AHMI- Ofício-1º, Códice-115, Auto-1470, Ano-1793. Manoel Francisco de Andrade, capitão da cavalaria auxiliar. “Dono de uma loja, bens de terceira espécie, fazendas”(tecidos). Sua fortuna foi avaliada em 27:868\$136 réis e seu investimento em vestuário correspondia a 87\$777 réis.

encontrado os seguintes valores: a peça de bretanha 2\$200 réis; a vara de cassa 2\$000 réis; o côvado da seda 1\$600 réis; o côvado do belbute 1\$200 réis; o côvado do cetim e a peça de riscado \$960 réis; o côvado do droguete \$600 réis; o côvado da melania \$540 réis; o côvado do baetão \$900 réis; o côvado do tafetá \$450 réis; o côvado da chita \$350 réis; o côvado da baeta \$320 réis; a vara de renda \$308 réis; a vara do pano de linho \$300 réis; a peça de guingão \$200 réis; a peça do algodão e linhagem \$150 réis. Mediante os valores apresentados vê-se que mesmo os tecidos mais baratos e acessíveis à camada mais pobre, alcançavam no mercado um preço significativo.

A super valorização desta manufatura deve ser entendida também a partir da ausência de fábricas na Colônia, voltadas para a produção têxtil e pelo acréscimo no preço original dos produtos importados à medida em que o mercado se interiorizava, chegando nas mãos da população consumidora a custos elevadíssimos.

Quanto à produção têxtil na Colônia portuguesa na América esta se iniciou em Minas Gerais, no ano de 1780, com a produção de um algodão mais fino (diferente daquele usado na roupa da escravaria), destinado à confecção de várias peças de vestuário. Mas, em 1785 a Coroa proibiu essa manufatura, permitindo apenas a produção de tecidos mais grosseiros²⁵.

A variedade de tecidos também esteve presente no traje masculino. Além dos tecidos já citados, apareceram a cabaia, seda e sedinha (subproduto da seda), veludo, fustão e gigante. E ao contabilizar os dados junto aos inventários de homens e mulheres pobres livres e libertos, no que diz respeito aos tecidos, verificou-se uma maior frequência do pano- tecido de algodão, linho, lã ou seda (até século XVIII)-, em seguida baetão, algodão, baeta, chita, seda, bretanha e o linho.

O pano, conforme se disse, apareceu com maior frequência na documentação, principalmente, o pano de linho sendo utilizado na confecção de saias, camisas, lenços, farda, véstia, calção, ceroulas, vestido e uma diversidade de agasalhos. Pelo visto, o mesmo serviu para o feitiço de muitas peças e acredita-se que não apenas essa característica fez com que muitos optassem pelo tecido, mas também pelo seu custo, pois na loja de fazendas do capitão Manoel de Andrade, a vara do linho era vendido a \$300 réis, enquanto o côvado da seda ordinária de riscas valia 1\$200 réis.

²⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza. O Trajo. In: **Vida Privada e Quotidiana no Brasil: na época de D. Maria I e D. João IV**. Lisboa: Editora Estampa, 1993. p. 227-241. Há toda uma polêmica sobre a efetivação do alvará de 5 de janeiro de 1785 com relação ao florescimento das manufaturas na Colônia. Fernando Novais faz uma leitura detida do texto analisando os motivos que levaram a Metrópole a redação deste ato proibitivo. Ver NOVAIS, Fernando A. Política Colonial. In: **Portugal e Brasil na crise do Antigo Regime Colonial (1777-1808)**. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1989. p.213-298.

De acordo com Beatriz Ricardina de Magalhães²⁶, a baeta, -tecido de lã grossa-, era um tecido muito estimado pela sociedade vilarriquenha. E o mesmo serviu para a confecção de muitas peças como o pano. Sendo assim, atribuir um caráter de apreciação ao tecido talvez seja uma conclusão precipitada uma vez que o tecido era de qualidade inferior, grosso e de baixo custo, \$320 réis²⁷.

As cores e estampas também foram abundantes no traje. Cor de canela, roxo, azul claro, branco, azul, castor, cor de pérola, castor preto, cor alvadia (esbranquiçado), preto, cor de passa, encarnado (vermelho), estampado com ramos de várias cores, de flores, de xadrez, isso sem deixar de mencionar as chitas, -tecido de algodão-, geralmente, presente na indumentária, com estamparias em “flores, pássaros, desenhos e cores que simbolizam o ciclo da vida.”²⁸

O interessante dessa variedade de cores em relação às peças é o contraste encontrado na composição dos trajes. Imaginem José Vieira Rego, “morador na paragem do Fraldas, morro do Padre Faria, da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias”²⁹ em seu belo traje composto de “uma casaca de pano cor de rosa forrada de cabaia azul com seus alamares; uma véstia sem mangas de pano carmesim com botões de lã da mesma cor; um calção de chita; uma sobrecasaca de pano azul com canhões e golas de veludo carmesim e botões de casquinha brancos”.

O jogo de cores e estampas ao que parece não deveria causar embaraço aos olhos dos outros, as cores berrantes contrastaram-se com as estamparias, e estas com as mesclas e riscas.

E o que revelam os inventários *post-mortem* quanto às peças do vestuário feminino e masculino?

No geral, o vestuário de ambos os gêneros apresentou-se pouco variado. Seria possível relacionar quem teve mais e melhores roupas, ou quem teve três ou mais unidades de indumentária arroladas em seu inventário.

As peças listadas nos inventários possibilitaram a classificação do traje feminino e masculino, bem como, a identificação da vestimenta habitual, íntima e as relacionadas a cargos e funções.

²⁶ A observação feita por Beatriz Ricardina de Magalhães parte de uma evidência empírica de Luís Lisanti ao verificar uma maior predominância de baetas, vermelhas e azuis. Mas a indicação de que os “mineiros apreciavam muito as baetas e queriam seguir a moda”, são palavras da autora. MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. A demanda do Trivial: vestuário, alimentação e Habitação. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte/ UFMG, n 6, p.173-174 (nota de rodapé de número 29). 1987

²⁷ Nem todo o tecido de baeta custava barato, seu preço variava de acordo com a qualidade, o local de produção e cor. Por exemplo, um côvado de baeta custava, \$320 réis, no entanto a baetilha, \$640 réis; baeta fina, \$750 réis; baeta escarlata, 1\$550 réis e a baeta de lágrimas inglesa, 1\$300 réis. MÓL, Cláudia Cristina. **Mulheres Forras**: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). Dissertação (Mestrado em História). UMG, Belo Horizonte, 2002. p.80.

²⁸ SERPA, Maria Auxiliadora Noronha. **Glossário dos Trajes, Alfaias e Adereços do Século XVIII**. Monografia (curso de pós-graduação *Lato Sensu*). Instituto de Filosofia, Artes e Cultura/UFOP, Ouro Preto, 1998. p.23.

²⁹ Inventário- AHMI, Ofício- 1º, Códice- 64, Auto-774, Ano-1795.

De acordo com os dados computados nos inventários *post-mortem*, as peças de roupas que mais incidiram no guarda-roupa masculino foram as camisas e calções, seguidos da vésia e jaleco³⁰. Já o traje feminino, no que diz respeito à variedade de peças, foi bem mais restrito se comparado ao dos homens. Consistindo-se em saias, capotes, capas, camisas, timão, vestidos, macaquinhos e cintas.

As peças mais corriqueiras no guarda-roupa feminino foram as saias, camisas e o capote, nesta ordem, constituindo a vestimenta habitual e básica das mulheres livres e libertas.

É o que se constata a partir do inventário de Quitéria Maria da Assunção, natural de Lisboa, moradora na “rua da Ladeira de São José, freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto”, que possuía entre seus bens uma capoteira de baetão xadrez cor de canela; uma capa de baeta azul claro debruada de tafetá da mesma cor; uma saia de chita roxa; uma saia de algodão branco; duas camisas de pano de linho. Seu guarda-roupa constituiu-se de peças básicas e modestas. Pelo visto, Quitéria Maria vestiu e investiu nos mesmos tipos de peças de roupas que Maria Coelho de Barros e a parda forra Quitéria Joaquina Pereira de Andrade.

O uso de saias e camisas generalizou-se entre as mulheres pobres pelo seu baixo custo, ao clima mais temperado de Minas Gerais e pela facilidade de movimentação proporcionada pela roupa, visto que, nem todas eram “donas” e muitas respondiam sozinhas pela subsistência de seu lar.

Muitas saias encontradas nos inventários foram confeccionadas em tecidos de algodão, lã, seda, cetim, melania e de cores, apresentaram-se com sua fita e roda; renda e babados; com entremeios e renda no babado e pespontadas em retrós de Joalia Carmesim. Também as camisas geralmente de pano de linho e bretanha, foram incrementadas com babados, crivos nos ombros e cabeça; acabamentos e enfeites que alindaram e valorizaram as peças e que certamente diferenciaram a parda forra Quitéria Joaquina, de Maria Coelho e de Quitéria Maria em suas formas de vestir.

As camisas apareceram tanto no vestuário feminino quanto no masculino, e ao que parece fizeram parte do traje interior e exterior. Em relação à roupa interior feminina, Fernando Oliveira examina que as mulheres lisboetas do século XV e XVI continuaram a usar roupas de baixo já observadas ao longo da Idade Média, sendo as peças camisas, fraldinhas e corpinhos³¹.

³⁰ Para evitar enganos foram encontradas nos inventários femininos: nove camisas, quatro capas, uma capoteira; uma banda. A finalidade da nota é demonstrar que dos dados acima relacionados, foram subtraídas as peças referentes ao traje feminino.

³¹ OLIVEIRA, Fernando. O vestuário feminino dos séculos XV e XVI. **Revista Oceanos**: mulheres no mar salgado. Lisboa, n.21, p.128-142, jan./mar.1995.

Em Minas Gerais setecentista Beatriz Ricardina de Magalhães e Cláudia Mól encontraram entre as peças de roupas arroladas nos inventários femininos as cintas, espartilhos e anáguas.

A cinta foi a única peça de baixo encontrada nos inventários *post-mortem* femininos que compõe o *corpus* documental deste trabalho. Além desta peça, foram mencionadas algumas peças como macaquinhos e camisas, que levam a crer que faziam parte do vestuário íntimo feminino.

Os macaquinhos, macacão de calças curtas, apresentou-se na documentação em tecidos lã e algodão e sendo a peça inteiriça, este traje certamente não era de uso exterior, e provavelmente foi usado sob saias e camisas ou vestidos, como também pode ter feito parte do traje doméstico.

As camisas declaradas nos inventários podem estar relacionadas ao traje íntimo, apesar da documentação não trazer nenhuma informação se a peça era branca ou íntima. Caso fizessem parte do traje íntimo, geralmente eram de cor branca, larga e transparente³².

A certeza da cor branca para as roupas íntimas foi verificada a partir do relato da inglesa Maria Graham, que fez duras críticas às mulheres do Brasil, ao detectar que metade das mulheres da sociedade não usava coletes, nem espartilhos, deixando o corpo em completo desalinho, e que muitas delas vestiam escuros algodões e outros tecidos, sem roupa branca, diretamente sobre a pele³³.

Pela documentação em apreço não foi possível identificar se a peça constituiu-se como peça íntima ou como veste principal, ou se teve dupla funcionalidade. Mas pela ausência de roupas íntimas femininas e pelo fato do traje das mulheres ter se constituído de saias e camisas, é bem provável que as camisas ora tenham feito parte da roupa interior ora do exterior.

Segundo Julita Scarano, esta peça foi usada também por cativos que desempenhavam uma ocupação de destaque, como capitães do mato e vigias. Confeccionada geralmente em algodão, a peça pouco diferenciou das camisas usadas pelas pessoas brancas.

³² A partir dos relatos dos estrangeiros que estiveram no Brasil-Colônia na segunda metade do século XVIII e início do XIX, Emanuel Araújo ressalta as mulheres pobres e de qualidade vestidas com suas camisas largas e transparentes dentro de casa ou nas ruas tornaram-se alvos constantes dos deliciados olhares masculinos e dos olhares de reprovação das sinhás e sinhaszinhas recatadas, religiosas da sociedade. ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: **História das Mulheres no Brasil**. PROIRE, Mary Del. (org.); BASSANEZI, Carla. (coord.). 2.ed. São Paulo: Contexto. p.45-77.

³³ Maria Graham visitou o Brasil às vésperas da independência e ficou estarecida com o desmazelo, desleixo e descaso com a aparência por parte das mulheres baianas. Foi a sua perspicácia quanto ao desuso da roupa interior, masculina e feminina que possibilitou identificar a roupa íntima e como homens e mulheres se encontravam vestidos no espaço privado. Ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida Privada e Quotidiana no Brasil**: na época de D. Maria I e D. João VI. Lisboa: Estampa, 1993; ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: **História das Mulheres no Brasil**. PROIRE, Mary Del. (org.); BASSANEZI, Carla. (coord.). 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 45-77.

Além disso, esta e outras peças (calções, coletes e véstias) foram distribuídas aos escravos da mineração, como prêmio ao encontrarem um veio ou uma pedra preciosa. Algumas eram de tecido de baixa qualidade, como baeta, chita que serviram mais para o uso diário mas, também, foram distribuídas camisas de maior valor e melhores fazendas³⁴.

Também em relação às capas, um complemento à indumentária, notou-se a mesma ambigüidade, ou seja, faziam parte do traje feminino e masculino; também tiveram dupla funcionalidade: a de aquecer e de encobrir o corpo.

Quanto à última funcionalidade, Fernando Oliveira diz que os mantos e capas “fechavam mundos de silêncio, mistério e sedução, que expressavam o lado mais oculto da sensibilidade feminina.”³⁵

Para além do ocultamento da sexualidade e sensualidade feminina, Nelson Omegna, ressalta que o uso de mantos ou capotes servira para encobrir a escassez da vestimenta constatada pela análise dos inventários. Contudo, esse aspecto teria sido preponderante no meio rural, uma vez que nas cidades mais ricas a situação se invertia e as pessoas usavam essas peças como sinal de prestígio e não apenas como um artifício para encobrir a pobreza³⁶.

O uso de capas, capotes e mantos com capuz, servira ainda para ofuscar o luxo da indumentária e jóias, como brincos e colares de ouro, prata ou de outro material. Silvia Lara ressalta que nem sempre a condição senhorial se fazia pela ostentação, mas também pelo ocultamento. A exibição, principalmente por parte das mulheres, poderia recair para o lado da desonra, ainda mais se a cor da pele se mostrasse menos branca³⁷.

As capas foram denominadas conforme seu tamanho: capa curta, caponas, capotes e capoteiras. Confeccionadas em baeta, baetão e forradas de chita, as capas mereceram as maiores avaliações. Uma capa de baeta azul claro debruada de tafetá da mesma cor e outra de droguete castor azul ainda nova com sua guarnição de cetim cor de pérola, foram avaliadas em 1\$200 e 7\$200 réis, respectivamente.

Apesar do seu alto custo e da imponência que a peça conferia a quem a trazia no corpo, poucos foram os inventariados que não a possuíram em seu guarda-roupa e que não desfilaram com suas capas pelas ruas de Vila Rica nos dias enuvitados e chuvosos³⁸.

³⁴ SCARANO, Julita. Roupas de Escravos e de Forros. **Resgate**: Revista de Cultura, n 4, 1992, p. 53-55.

³⁵ OLIVEIRA, Fernando. O vestuário feminino dos séculos XV e XVI. **Revista Oceanos**: mulheres no mar salgado. Lisboa, n.21, jan./mar.1995, p. 21.

³⁶ OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961. p. 142-143.

³⁷ LARA, Silvia Hunold. Sedas, Panos e Balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador. In: **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 177-191.

³⁸ Esta ubiqüidade do uso dos casacos principalmente, de lã espantou Juan Francisco Aguirre, em 1782, no Rio de Janeiro, que garantiu que ninguém saía de casa sem o seu. TAUNAY, Afonso de E. **Notícias do Rio de Janeiro** (Jornal do Comércio), 8. 9. 1940, p.3.

A ausência de vestidos femininos também causa admiração. Apenas o inventário *post-mortem* da parda forra Quitéria Joaquina Pereira faz referência a um vestido inteiro, de riscado encarnado avaliado em 1\$500 réis.

Os vestidos foram encontrados também no traje masculino. Diante da ambigüidade em relação aos vestidos, viu-se a necessidade em buscar o significado e as diferenças do vestido feminino para o vestido masculino.

Segundo Maria Auxiliadora Serpa, o vestido, no século XVIII, era usado por homens, mulheres e crianças de todas as profissões e status social³⁹.

O vestido de mulher poderia ser uma peça inteira ou a mais usual, um colete e saia. Enquanto o vestido de homem consistia em casaca, véstia e calção.

Pelo visto, esta definição muito se assemelha à denominação atribuída pelo jesuíta Antonil, em 1711, que genericamente considera vestido todos os tipos de traje do período colonial⁴⁰.

Um estudo sobre o traje da sociedade do Rio de Janeiro oitocentista, realizado por Maria Beatriz Nizza da Silva, apresenta a mesma ambigüidade em relação ao termo vestido. A autora procura diferenciar, por meio de anúncios de comerciantes da época os tipos de vestidos usados por homens e mulheres. Nota-se então, que as mulheres usavam vestidos leves e finos, de cassa bordados, de filó de bordados de ouro e prata, de filó de seda, de garça para baile, bordados de flores, barrados, de musselina bordada, de seda com rendas, de cauda e bordados de ouro. Já os vestidos masculinos eram feitos em tecidos pesados, havendo anúncios de ‘vestidos completos para homem, de veludo bordados de seda e de veludo bordados de prata e ouro.’⁴¹

Embora a informação esteja fora dos limites temporais e espaciais escolhidos para este estudo, ela serve para demonstrar a indefinição da expressão ainda no século XIX e como o vestido, como traje usual, estivera bem mais ao alcance das mulheres que viveram na corte que das mulheres pobres livres e libertas de Minas Gerais.

Quanto ao vestuário masculino, como foi dito anteriormente, este apresentou-se mais diversificado que das mulheres. A vestimenta masculina constituiu-se de casacas, capotes, sobrecasaca, casacões, jalecos, calções, camisas, fardas, vestidos, banda, bandeira, chambre,

³⁹ SERPA, Maria Auxiliadora Noronha. **Glossário dos Trajes, Alfaias e Adereços do Século XVIII**. Monografia (curso de pós-graduação *Lato Sensu*). Instituto de Filosofia, Artes e Cultura/UFOP, Ouro Preto, 1998. p.53.

⁴⁰ VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p.580.

⁴¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sociologia do Trajo. In: **Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro: (1808- 18221)**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1978. p. 28-29.

véstia e ceroulas de pano de linho, porém apenas dois inventários masculinos apresentaram esta peça íntima⁴².

Boa parte do vestuário masculino foi confeccionado em tecido de lã e algodão. Encontraram-se muitos agasalhos de baeta, baetão, droguete, de pano; calções de belbute, canga, chita, ganga e fustão; camisas de pano de linho, gigante [?] e bretanha e, esporadicamente, véstias, jalecos, calções e golas de capotes em veludo, cetim, seda, sarja.

Entre essas peças, algumas como farda com calção, véstia e calção, farda com véstia e calção e casaca em tons de azuis estiveram relacionadas com a função do inventariado que, neste caso, seria militar.

A única vestimenta relacionada a algum cargo ou função, encontrada nos inventários, foi a farda. Ao que parece, a farda variou conforme a função, o cargo e o ato cerimonial que o indivíduo participou dentro da sociedade. Exemplo: a farda de um oficial da secretaria deferia daquela grande ou de gala usada em cerimônias.

Apesar de se constituir como uniforme característico dos militares, o uso de fardas se vulgarizou entre os homens sem patente e também entre o vestuário feminino.

Quanto ao uso de fardas pelas mulheres, no corpo documental não foi feita nenhuma alusão. Porém, Maria Beatriz Nizza da Silva diz que quando a infanta D.Mariana morreu foi enterrada ‘vestida de sua farda rica’⁴³. Aqui talvez o termo farda fosse sinônimo de traje.

O ferreiro e caldeireiro Baltazar Gomes de Azevedo, português, morador na “rua São José, freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica”⁴⁴ possuía em seu guarda-roupa “uma farda de pano azul já usada”, conforme se lê no seu inventário *post-mortem*.

Uma outra farda foi localizada entre os bens relativos a roupa de Joaquim Pereira de Almeida, morador no “Alto da Cruz de Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto”⁴⁵. Não foi possível localizar a ocupação de Joaquim e o mesmo morreu *ab intestado*. Mas entre seu espólio foi registrado “um capote de pano azul com mangas, muito usado e remendado e um corrião de couro com fivelas e cartucheiras”, provavelmente, Almeida fez parte do regimento militar.

Houve também o caso do tenente José da Cunha de Souza Carneiro, natural de Mariana, morador na “rua do Caminho Novo do Alto da Cruz”, freguesia de Nossa Senhora

⁴² O maior número de peças deve-se também à maior quantidade de inventários encontrada na amostragem. Dos quarenta documentos investigados apenas quatorze apresentaram bens relativos a roupas. Destes, quatro são de mulheres inventariadas e apenas um de parda forra. Os dez restantes são inventários de homens.

⁴³ SILVA, Maria Beatriz Nizza. O traje. In: **Vida Privada e Quotidiana no Brasil: na época de D. Maria I e D. João VI**. Lisboa: Estampa, 1993. p.230.

⁴⁴ Inventário- AHMI, Ofício-2º, Códice- 57, Auto-643, Ano-1792.

⁴⁵ Inventário- AHMI, Ofício-2º, Códice- 29, Auto- 321, Ano-1789.

do Pilar de Ouro Preto⁴⁶, que não apresentou sequer uma farda em seu inventário. Talvez, o tenente tenha sido enterrado com sua farda, uma vez que esta vestimenta simbolizava uma instituição e não poderia ser doada a outrem. Porém, foram arroladas em seu inventário algumas peças que deveriam compor a farda como “um par de calções de cetim azul com ligas de galão de prata e um par de botas em bom uso”.

Os preços encontrados para as fardas variaram de acordo com a patente militar e com a situação econômica de um civil. Por exemplo, o capitão José Ribeiro de Mello, português, morador na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias⁴⁷, possuía uma “farda de pano azul com suas dragonas, véstia encarnada com sua espiguiha de prata e calção de pano azul”, avaliada em 7\$200 réis; já o caldeireiro e ferreiro Baltazar Gomes de Azevedo tinha uma “farda de pano azul usada”, avaliada em 1\$200 réis e o Joaquim Pereira de Almeida, o suposto militar, uma “farda de pano grosso azul com véstia e calção de pano azul”, avaliada em 2\$400 réis.

Entre os bens referentes ao vestuário do capitão José Ribeiro de Mello, foi declarado uma banda de retrós carmesim com suas borlas de retrós azul e uma bandeira de tafetá encarnado e branco, com uso e com seus cordões e borlas, avaliadas em 3\$600 e 3\$000 réis, respectivamente.

É bem provável que ambas as peças compusessem a libré militar. Entretanto, Maria Coelho de Barros também possuía “uma banda pequena de tafetá com sua franja nas pontas de prata” em seu guarda-roupa.

A definição dada às peças, de acordo com o dicionarista Raphael Bluteau é a seguinte: banda- “pedaço de seda mais comprido, que largo, com que mulheres cobrem os ombros, e que os homens antigamente trazião atado à cintura” e bandeira- “insígnia militar”⁴⁸.

Além das roupas relacionadas a determinados cargos e funções, sexos e condição econômica, há de se acentuar também o traje doméstico, que apesar de quase inexistente e, portanto, de difícil identificação no corpo documental, retrata a situação em que homens e mulheres se encontravam em casa.

Entre as roupas aparentemente domésticas encontramos o chambre de chita da Índia—roupão caseiro para homem ou mulher- pertencente ao capitão José Ribeiro de Mello⁴⁹ e um

⁴⁶ Inventário- AHMI, Ofício-2º, Códice-53, Auto-601, Ano- 1798.

⁴⁷ Inventário- AHMI, Ofício-1º, Códice- 73, Auto- 874, Ano- 1789.

⁴⁸ BLUTEAU, D. Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. Lisboa: Coimbra: Colégio da Companhia de Jesus, 1712. Tomo II.

⁴⁹ Coincidentemente a pessoa figurada pelo viajante inglês Henri Koster é um militar, capitão-mor, da Paraíba. Decerto, uma pessoa de qualidade, que mesmo sem maiores cuidados com a aparência, vestia-se bem, indicando o mundo em que vivia. Aqui novamente transponho as balizas temporais e espaciais perquirida por considerar importante a relação entre a peça e a condição social de quem a enverga. Gilda de Mello e Souza ao analisar as roupas das personagens de Macedo, Alencar e Machado, destaca uma passagem do romancista Machado, no momento em que Quincas Borba estava muito doente, a espera da morte e seu amigo Rubião, procurando oferecer um pouco de carinho, sugere que Quincas Borba se agasalhe, levando a ele um fraque, um colete, um chambre, um capote à escolha, sem perceber que naquele

timão⁵⁰ de baeta encarnada já velho que pertenceu à parda forra Quitéria Joaquina Pereira de Andrade.

Segundo o viajante Henry Koster⁵¹, os homens da sociedade baiana encontravam-se “bastante à vontade” dentro de suas casas, em termos de vestuário. Trajavam no muito camisa, ceroulas e chambre, indumentária característica de pessoas de qualidade e que pareciam cultivar o ócio.

Já o timão, (apesar do seu sentido amplo: camisola, casaca) foi uma peça característica do vestuário doméstico de pessoas de baixa condição econômica e usada por africanos, pardos, mestiços e crioulos.

Embora os inventários *post-mortem* no geral não apresentam uma divisão precisa do traje diário, íntimo e doméstico, as peças que aparentemente corresponderam ao traje de ficar em casa, raramente apareceram na documentação, apesar de serem um indicativo de uso da peça caseira.

A pouca frequência dessas peças no espólio dos inventariados e a despreocupação com o traje “portas a dentro” foi uma situação muito comum entre os habitantes da Colônia. Estrangeiros que por aqui passaram relatam que muitas pessoas de posse andavam em casa de maneira “desleixada” e que seus trajes domésticos poderia muito se aproximar ao da escravidão⁵².

Ao que parece não foram apenas as senhoras e senhores considerados de qualidade que não hesitaram em vestir-se com peças em tecidos grosseiros de algodão ou em trajes simples dentro de suas casas. Essa simplicidade no vestuário doméstico também foi verificada entre as roupas dos pobres livres e libertos de Vila Rica. Demonstrando que a distinção e ostentação usual do vestuário foram mais evidentes nos locais públicos que no privado.

Considerações Gerais

Nem luxo nem lixo, assim se apresentou o vestuário da população pobre livre e liberta de Vila Rica. Este fato tornou-se intrigante quando observado no primeiro núcleo

momento Borba já não via tanto sentido as insígnias que tanto cobiçara em vida. SOUZA, Gilda de Mello e. Macedo, Alencar, Machado e as roupas. **Novos Estudos**. São Paulo, n.41, p.111-119, março/1995.

⁵⁰ De acordo com o dicionarista Moraes Silva, o timão era, uma camisola comprida; camisola de menino; casaco grosseiro outrora usado por escravos, mulheres de baixa condição e crianças, como abrigo. MORAIS SILVA, Antônio. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. 10.ed. Editorial: Confluência (1789-1949), 1945.

⁵¹ **apud**. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O traje. In: **Vida Privada e Quotidiana no Brasil: na época de D. Maria I e D. João VI**. Lisboa: Estampa, 1993. p.231.

⁵² Ver Rugendas, João. Mauricio. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins. Biblioteca Histórica Brasileira, 1954. p.101; KOSTER, Henry. **Viagens ao Norte do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p.98; LINDLEY, Thomas. **Narrativa de uma viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p.177.

urbanizado brasileiro, onde certamente na vida urbana imperava a máxima valorização das aparências, onde grupos sociais apropriavam-se dos espaços públicos, tornando-os palco de suas disputas, exibições e ostentações sociais para a reiteração da posição social, poder e privilégios, geralmente exteriorizados em festas religiosas, indumentárias requintadas e nos cortejos de escravos ricamente vestidos e ataviados com jóias a seguirem seus senhores.

O vestuário que tivera então, a função simbólica de marcar as distinções sociais também destacou a pobreza da população vilarriquenha. Provavelmente, raros foram os momentos em que o vestuário dos setores populares tenha se igualado aos das pessoas ricas e de qualidade da sociedade de Vila Rica, pois estas preferencialmente vestiam-se bem, conforme suas posses, no intuito de evitarem o perigo de serem confundidas com aqueles.

Mesmo diante da rarefação e da simplicidade do vestuário verificada no espólio do grupo social de livres e libertos, foi possível compreender porque a roupa se tornara um artigo sumptuoso, restrito a muitos e ao mesmo tempo possuidora de uma linguagem de signos, não-verbal de comunicação, mas sim, visual, lida e entendida de maneiras pouco parecidas por todos, e essencialmente, representativa do poder e da riqueza de quem a envergava. Ainda mais se tratando de uma época em que grande parte da população sequer sabia ler. Assim, ver tornara-se a “experiência mais importante”, bem como, o prazer de ser visto e de exhibir-se ao olhar do outro.

Decerto foi essa obsessão pela distinção partilhada dos forros aos brancos, por ricos e pobres em um mundo onde os critérios apresentavam flexibilidade, que os tecidos importados, finos e caros, o uso de determinados acessórios e insígnias, e o porte de jóias abriram espaço para uma “surda luta travada por um pedaço de pano” e enfeites no sentido de manter os afastamentos quando houvesse as aproximações daquela sociedade essencialmente desigual, garantindo o reconhecimento e a afirmação social indispensáveis em um universo tão indistinto onde a inversão de valores e trocas de posições foram comuns em ambientes urbanos.

Diante da vulgarização dos costumes que expunha a fragilidade da vida urbana em Minas e ameaçava a ordem e a hierarquia, que a aparência que representava a grandeza nas Minas, assume um papel importante na sociedade mineira não apenas por engrandecer os homens mas, sobretudo, por criar uma linguagem indispensável à convivência tranqüila, ou seja, de deixar tudo bem definido e impedir que as fronteiras se apagassem. Por isso, a roupa teve uma função particular na vida social. Através dela constantemente se resgatavam os critérios que distinguiam as camadas sociais.